

A CULTURA QUILOMBOLA NO OLHAR DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE DOURADOS-MS.

Aline Pereira de Holanda¹

Cíntia Santos Diallo²

Resumo: A pesquisa desenvolvida buscou analisar por meio de questionário semiestruturado, qual o conhecimento dos professores da disciplina de Educação Física apresentavam sobre a cultura e comunidade Quilombola do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim se em seu referencial teórico da disciplina de Educação Física contempla arte e cultura quilombola, ainda se em sua prática docente apresentavam jogos e brincadeiras populares pertencentes a essa comunidade. Contextualização de como a Educação Física tem se apresentado no contexto escolar. A pesquisa desenvolvida, apresenta caráter qualitativo, e buscou auxiliar esses professores no conhecimento e desenvolvimento da cultura Quilombola, por meio de roda de conversas e apresentação de textos.

Palavras chaves: Cultura Quilombola. Escola. Educação Física. Cultura Africana.

Abstract: The research developed sought to analyze by means of a semi-structured questionnaire, which the teachers of Physical Education taught about the culture and community Quilombola of the State of Mato Grosso do Sul. Thus, in its theoretical reference of the discipline of Physical Education, it contemplates art and quilombola culture, even if in their teaching practice they presented games and popular games belonging to this community. Contextualization of how Physical Education has been presented in the school context. The research developed has a qualitative character, and sought to help these teachers in the knowledge and development of the Quilombola culture, through a round of conversations and presentation of texts.

Keywords: Culture Quilombola. School. Educação Física. . African Culture.

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Federal da Grande Dourados, Mestre em Educação Pela Faculdade de Educação (FAED/UFGD), Professora da Rede Estadual e Municipal da Cidade de Dourados.

² Pós-Doutoranda em Educação (UFMS/CPAN). Doutora em História - Ensino da História da África (UFGD-2017), Mestre em Educação - Políticas Públicas para Educação (UNISUL/2005), Licenciada em História e Pedagogia. Professora colaboradora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS desde 2009. Organizadora e autora do livro História da África Múltiplas Aprendizagens. Bolsista Capes. Vice líder Grupo Gepegre. Área de Pesquisa Ensino e História da África, Educação da Relações Étnico-Raciais e Política Pública em Educação.

Introdução

A pesquisa foi desenvolvida na Pós-graduação lato sensu do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). O interesse pela pesquisa se deu à partir das discussões estabelecidas na disciplina História e Cultura Africana e Afro-brasileira, ministrada pela Professora Doutora Cintia Diallo e Professora Mestra Eliane da Silva, a referida pesquisa analisar o conhecimento dos professores da disciplina de Educação Física sobre a cultura quilombola. E ao mesmo tempo, verificar se tais conteúdos foram incorporados aos referências curriculares da disciplina e plano de ensino dos professores da Escola Estadual Professora Floriana Lopes, localizada em Dourados-MS, sobre a cultura da comunidade Quilombola do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, trazer a luz tal temática se fundamenta no que discorre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o intuito de corrigir e diminuir as injustiças estabelecidas por uma concepção eurocêntrica do ensino da história na educação brasileira. Assim, afirma as Diretrizes

O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, BRASIL, 2004, p. 05).

Para além do estudo da cultura e história afro-brasileiras, acreditamos ser de extrema importância o estudo da cultura quilombola, visando identificar como o contexto escolar pode e deve trabalhar seus conteúdos, para o reconhecimento e valorização dessas comunidades que foram estabelecidas no Brasil.

Políticas públicas têm sido propostas em nosso país com o intuito de articular ações visando a redução dessa vulnerabilidade social nessas comunidades remanescentes de quilombos³.

Apesar de se apresentarem entre as populações vulneráveis do Brasil e de todo sofrimento histórico, os quilombolas ainda têm sido negligenciados nas políticas públicas educacionais. Portanto, houve uma necessidade em reconhecer os problemas ali existentes e em 2004 o Governo brasileiro lançou, o programa “Brasil Quilombola⁴”, o qual apresenta inúmeras ações para as comunidades remanescentes de quilombos. Esse programa teve por objetivo promover ações que se referem a mais de 20 ministérios, divididos e articulados em quatro eixos temáticos: infraestrutura e qualidade de vida acesso à terra inclusão produtiva e direitos e cidadania.

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, BRASIL, 2004, p. 21).

A realidade dos africanos ao chegar no Brasil, após sua travessia pelo oceano Atlântico, apresentou-se ali um novo mundo, com costumes diferentes e outras valorizações culturais, havendo por eles uma necessidade em adaptar/ressignificar seus costumes, crenças e tradições ao ambiente que lhes eram impostos. Essa diversidade que torna hoje o que somos, um povo que carrega consigo uma imensa riqueza cultural.

⁴ Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Plano é base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania.

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade do MDH, por meio da Seppir, que atua em conjunto com os 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor. Apesar da coordenação centralizada, as ações do plano são mais amplas que a atuação destas instituições e, frequentemente, incluem parcerias com outros órgãos do Governo Federal.

Nessa perspectiva cultural, Certeau (2012) afirma,

[...] toda cultura requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção e uma transformação pessoal, um intercâmbio instaurado em um grupo social. É exatamente esse tipo de “culturação”, se assim podemos dizer, que confere a cada época sua fisionomia própria: “Entre uma sociedade e seus modelos científicos, entre uma situação histórica e o instrumento intelectual que lhe é adequado, existe uma relação que constitui um sistema cultural”. (CERTEAU, 2012. p. 10)

Dessa forma, essa aproximação estabelecida faz com que sejamos pertencentes a essa cultura Africana que herdamos de nossos antepassados. Ainda assim, foram necessárias leis que pudessem regulamentar o ensino da cultura Africana e afro-brasileira nas escolas. A cultura africana está muito presente na cultura brasileira, essa afirmação fica evidente ao olharmos nosso povo brasileiro, nossos costumes e como nos constituímos enquanto sociedade.

Ainda que nossa uma das nossas matrizes culturais tenha sido recebida dos africanos, foi necessário a criação da (Lei 10.639/2003⁵) para que o ensino dessa cultura estivesse presente nos currículos das escolas.

Ar t. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

⁵ A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. (DCN, 2004, p. 11).

As políticas afirmativas se constituem para criação de lei para que se cumpra o que talvez seria óbvio em um país em que a cultura Africana se faz presente em nosso cotidiano. O não valorizar a cultura Africana e afro-brasileira, o preconceito, as desigualdades raciais, o racismo institucional, foram fatores que impulsionaram a criação da Lei para assegurar que o ensino dessa cultura se fizesse presente no contexto escolar.

Educação Física Escolar e suas possibilidades dentro da cultura quilombola.

O presente artigo se norteia pela pergunta: Os professores de Educação Física têm conhecimento sobre os conteúdos existentes no referencial curricular do Mato Grosso do Sul sobre a cultura africana, afro-brasileira e quilombola? Nos conteúdos programáticos da disciplina de Educação Física está previsto abordagem de conteúdos sobre cultura quilombola?

O interesse pela temática se deu por meio das aulas da especialização em Currículo e Diversidade: Raça, gênero e etnia, ofertada pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), especialmente após realização da disciplina História e Cultura Africana e Afro-brasileira, onde nos foi apresentada diversos aspectos culturais, contexto histórico assim como a importância desses estudos dentro do contexto escolar.

Com o objetivo de realizar um projeto de intervenção na Escola Floriana Lopes, para ampliar o conhecimento de seus professores sobre a temática escolhida, foi desenvolvido esse projeto por meio de conversas com esses docentes, ao apresentar-lhes o questionário e a temática que seria trabalhada, apresentamos o que diz a Lei 10.639/2003 e de que forma poderia ser utilizado dentro do referencial curricular do MS.

Partindo da minha formação docente, desenvolver temáticas de trabalho para a disciplina de Educação Física, se faz pertinente, uma vez que sua abrangência e possibilidades de ensino são de grande riqueza ao contexto escolar. Diante do exposto, buscar os conteúdos sugeridos pela matriz curricular, nos faz entender a necessidade em estabelecer novas estratégias para o ensino dessa disciplina, uma vez que seus conteúdos tratam

JOGOS, LUTAS, GINÁSTICAS E ESPORTES *Ginástica artística (histórico)
*Posições básicas do corpo na ginástica artística (estendido, grupado, carpado, afastado, afastado-carpado, equilíbrio, suspensão e apoio)
*Aparelhos femininos (mesa, paralelas assimétricas, trave de equilíbrio e "solo") * Aparelhos masculinos (cavalo com alças, argolas, mesa, barras paralelas, barra fixa e "solo") Movimentos básicos da ginástica artística (giro, suspensão, salto e aterrissagens, aberturas e fechamentos, balanceio, volteios e deslocamentos com diferentes apoios) *Capoeira e lutas/artes marciais características da população local: - Histórico (objetivo, e principais características) - Localização de criação e expansão pelo Brasil e pelo mundo - Transformações ao longo do tempo - Filosofia (significados culturais) - Principais elementos técnicos e táticos. (Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, 2013, p.)

Conforme Brandão (2002), especialmente nos anos de 1960 a 1964 surgem práticas pedagógicas envolvendo nomes, como o de Paulo Freire, que acreditavam e defendiam uma educação popular. Estabelecendo o fundamento da cultura como um processo histórico, foi proposto uma educação capaz de entender os sujeitos não como essência dada, pronta, mas por seus atos de criação social: Ser o sujeito da sua própria história e ser o agente criador da cultura, esses fatores não são adjetivos que qualificam o homem, e sim seu substantivo.

Souza (2014) nos diz que a abolição da escravidão não cessou o preconceito e sua discriminação, tampouco garantiu melhorias de vida aos negros, pois, as desigualdades raciais e sociais ainda perduram, suas dificuldades em ter acesso a saúde, a moradia e a educação de qualidade, permanecem em seu cotidiano. Silenciar esses dados, ou reduzir essa lacuna apenas a uma data comemorativa, não significa debater o assunto e diminuir as desigualdades existentes.

Se faz necessário a ampliação das discussões, assim como apresentar possibilidades e políticas públicas que visam aplicar melhorias que atinjam essa população. Esse debate precisa ser estabelecido o ano todo e em todos os setores da nossa sociedade.

Apesar dos avanços estabelecidos nos últimos anos por meio de vários segmentos sociais, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a construção de uma sociedade plural. Neste contexto, a escola deveria ser um espaço de aprendizado, combatendo qualquer forma de discriminação e preconceito, promovendo o respeito às diferenças, a valorização do humano e da identidade cultural de todos os povos.

Dessa forma, Botelho (2007) afirma:

Vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que, levada às últimas conseqüências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco (BOTELHO, 2007, p.110).

Para o Ministério de Educação e Cultura (MEC) a diversidade étnica no Brasil é imensa, contudo, o que prevalece no contexto escolar são “vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação a grupos étnicos, sociais, e culturais” (BRASIL, 1997).

Para isso, faz-se necessário um currículo intercultural⁶ no qual professores passam durante o ano escolar a desenvolver atividades diferenciadas que provoquem nos alunos uma reflexão e análise crítica, além de proporcionar o respeito e a valorização dos povos africanos, afro-brasileiros e quilombolas.

Escola, comunidade e desafios

Estabelecer um projeto de intervenção, é pensar em como uma nova possibilidade de ensino que ressignifique as práticas pedagógicas e o fazer docente, para tanto, não bastava aplicar o questionário aos professores, se fazia necessário

⁶ A interculturalidade é, cada vez mais, o termo usado para se referir a esses discursos, políticas, estratégias de corte multicultural-neoliberal. Seguindo Tubino (2005), podemos nomear essa interculturalidade como funcional, porque não questiona 11 Os países com maior financiamento e assessoria de Eurosocial são México, Brasil e Colômbia. 12 O contraste óbvio se encontra nas novas Constituições e projetos de sociedade emergentes no Equador e na Bolívia, onde o “bem viver” ou “viver bem” se colocam como princípios e projeto para o refundar, tomando distância do bem-estar individual e do arquétipo de Estado e sociedade euro-usa-cêntricos. Ver Catherine Walsh, Interculturalidad, Estado, Sociedad. Luchas(de)coloniales de nuestra época. Quito: UASB/Abya Yala, 2009. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas as regras do jogo e é perfeitamente compatível com a lógica do modelo neoliberal existente. Essa interculturalidade funcional se diferencia substantivamente da interculturalidade entendida como projeto político, social epistêmico e ético, o que denominei e ao que Tubino também se refere, como interculturalidade. (Walsh, 2009, p. 20 e 21).

uma contextualização, para que os alunos pudessem entender a riqueza da cultura africana, afro-brasileira e quilombola.

Inicialmente o projeto de intervenção foi pensando para abranger as quatro escolas da rede estadual em que trabalho, no entanto, não foi possível devido à demanda de trabalho e os percalços surgidos para a conclusão da especialização. A escolha dessa escola especialmente se deu em função da abertura da direção escolar em receber o projeto de intervenção, assim como a disponibilidade dos seus professores em fazer parte do projeto.

A Escola Floriana Lopes está situada em Dourados-MS, na Travessa S, 2.935 no bairro Izidro Pedroso. Funciona no período matutino, vespertino e noturno, atende as séries iniciais até o terceiro ano do ensino médio. Além de atender os alunos da região dos bairros Izidro Pedroso, atende também bairros do seu entorno.

Ao estudar seu Projeto Político Pedagógico (PPP), observamos que há um projeto desenvolvido na disciplina de História, com o título “Educação das relações étnico-raciais e culturas afro-brasileira e africana”

Esta unidade escolar defende que os negros e índios sofreram e sofrem discriminação pela sociedade, conforme pesquisas denunciam, mas uma parcela enorme de seres humanos de outras matrizes vivem em pobreza absoluta e são excluídas pela sociedade. Por isso, propõe desenvolver um processo de ensino e de aprendizagem que com base na informação e no conhecimento dê prioridade de igualdade de direito para todos, independentemente de sua etnia, não sendo valorizada uma etnia em detrimento de outras, evitando assim, a discriminação de todo e qualquer ser humano. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2018, p. 20).

Conhecer o PPP da escola, trouxe uma possibilidade de abordagem com os professores da Educação Física, pautada no trabalho multidisciplinar⁷, e uma prática voltada aos estudos dessa temática em suas aulas.

Apresentar por meio de textos e orientações em conversas, a esses professores a cultura quilombola, também se fez importante no processo de construção da intervenção, conversas foram estabelecidas com esses professores, quatro que puderam responder ao questionário, duas mulheres e dois homens.

⁷ a) aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos; b) diversidade de metodologias: cada disciplina fica com a sua metodologia; c) os campos disciplinares, embora cooperem, guardam suas fronteiras e ficam imunes ao contato (DOMINGUES, 2005, p.22)

Definir e entender o que é uma comunidade quilombola, contribui sobremaneira para o processo de ensino e aprendizagem, o Instituto Nacional de Crescimento Agrário (INCRA), define

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é a autarquia competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Como parte de uma reparação histórica, a política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas é de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos. (INCRA, 2018).

Partindo dessa constituição acerca das comunidades quilombolas que se formaram a partir de variadas situações de resistência territorial, social e cultural. O processo de formação dos quilombos

[...] incluem as fugas com ocupação e terras livres e geralmente isoladas, mas também heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (CARVALHO; SCHMITT; TURATTI, 2002, p.3).

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de levantamento dos conteúdos curriculares, referencial teórico, PPP e planejamentos da disciplina de Educação Física, para que pudéssemos observar como foram feitos a aplicação desses conteúdos por meio das práticas docentes.

Silenciar a questão ou destinar uma data comemorativa não é suficiente para acabar com o racismo. É preciso ampliar as discussões, desmistificar ideias preconceituosas e identificar a violência que sofrem. Essa discussão se faz necessária durante todo o ano, e essa luta não é apenas dos negros, mas de toda a sociedade.

Dessa forma, buscar e apresentar aos professores e alunos os conteúdos existentes sobre essas comunidades amplia sobremaneira nosso debate. No entanto, não há no plano de ensino desses professores de Educação Física um

conteúdo sobre a cultura quilombola, isso faz com que o projeto de intervenção seja de extrema relevância dentro do contexto escolar.

Uma sociedade de fato cidadã se constrói com prática e políticas de afirmação, cabe a nós professores aguçar os estudos que acreditamos levar os alunos a entenderem tal temática. Neste contexto, a escola como um espaço de aprendizado, precisa combater qualquer forma de preconceito e promover o respeito às diferenças, a valorização do outro em sua totalidade, integralidade e diferença cultural.

Educação Física: Um breve contexto histórico

Contextualizar como a Educação Física se constitui dentro da escola, nos auxilia na compreensão das dificuldades encontradas por seus professores em aplicar em suas práticas educacionais conteúdos diversos e complexos, que visam compreender o indivíduo em sua totalidade.

Para Bracht (1996), um movimento de crítica da Educação Física estava relacionado ao contato com o debate pedagógico brasileiro das décadas de 1970 e 1980, e não com as Ciências do Esporte, que fazendo com que os profissionais da área de Educação Física construíssem objetos de estudo, a partir de perspectivas pedagógicas. E que, independentemente das matrizes teóricas utilizadas, todos foram orientados no caso pelas Ciências Humanas e Sociais.

No Coletivo de Autores (1992) também foi possível notar críticas a críticas a Educação Física,

A perspectiva da educação física escolar, que tem como objeto de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem, tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. Apoia-se nos fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e, enfaticamente, nos biológicos para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. Procura, através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma. Recorre à filosofia liberal para a

formação do caráter do indivíduo, valorizando a obediência, o respeito às normas e à hierarquia. Apoiar-se na pedagogia tradicional influenciada pela tendência biologicista para adestrá-lo. Essas concepções e fundamentos informam um dado tratamento do conhecimento. Nessa linha de raciocínio pode-se constatar que o objetivo é desenvolver a aptidão física. O conhecimento que se pretende que o aluno apreenda é o exercício de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física. Os conteúdos são selecionados de acordo com a perspectiva do conhecimento que a escola elege para apresentar ao aluno. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 36)

Para Daólio (1997) a Educação Física, até a década de 1970, esteve aprisionada a paradigmas cientificistas e ao modo positivista de fazer ciência. Segundo os PCNs (1997), em decorrência do contexto da década de 1970, todos os ideais de transformar o Brasil em uma potência olímpica não se concretizaram e isso provocou uma profunda crise de identidade nos pressupostos da Educação Física brasileira.

No caso, os eventos abriram para professores e alunos a possibilidade de discutir a disciplina de Educação Física como uma área de conhecimento que pudesse auxiliar na formação de indivíduos conscientes e inteirados dos problemas políticos e econômicos da sociedade brasileira (CASTELLANI FILHO, 2000).

Desse modo, o questionário semiestruturado, contribuiu para que pudessemos entender de que forma os professores entendiam o Quilombo e qual sua apropriação para composição das suas práticas escolares. Pensar o conhecimento e aplicação desses conteúdos, pensar um plano de ensino que pudesse contextualizar a capoeira como elemento cultural, uma forma de expressão e luta por igualdade, as brincadeiras populares e cantigas próprias da cultura afro-brasileira, quilombola e africana.

Acreditar que a valorização dessa cultura traz benefícios e uma extrema riqueza cultural, e essa riqueza de cultura nos faz crescer e entender quem de fato somos e a qual descendência histórica cultural pertencemos.

Aproximando os professores de Educação Física da Educação Quilombolas

Avaliar as respostas dos professores, nos esclarece sobre como devemos ampliar o debate sobre a cultura e comunidade quilombola. O questionário foi estabelecido com as perguntas: 1- Qual seu entendimento sobre comunidade Quilombola? 2- Em sua formação acadêmica, você teve conhecimento sobre os quilombolas? 3- Você tem conhecimento sobre a lei 10.639/2003? 4- Você já utilizou a cultura quilombola em seus conteúdos de aulas? 5- Se a resposta for sim, quais foram suas abordagens? 6- Se sua resposta for não, de que forma você acredita que poderia ser trabalhado essa temática em suas práticas escolares?

Foram respondentes do questionário quatro professores de Educação Física, duas mulheres e dois homens, uma das professoras já leciona na escola há quinze anos, foi professora de treinamento escolar, tem em sua maioria turmas no ensino fundamental dois e ensino médio, os demais professores atuam na escola há menos de três anos, suas turmas são mescladas entre o fundamental dois e fundamental um.

Dos quatro respondentes, apenas uma professora tinha conhecimento sobre a (LEI 10639/03), e a mesma afirma que não trabalhou em suas aulas aspectos da cultura afro-brasileira e quilombola, embora tenha reconhecido sua importância dentro do processo educacional, uma vez que há uma diversidade cultural dentro da escola, e dentro do esporte brasileiro, com referências importantes para a o desenvolvimento das diversas modalidades esportivas.

As análises dos questionários, mostram que não basta estabelecer leis que regulamentem e determinem a aplicação dos conteúdos sobre a cultura africana e quilombola, o que precisa ser feito para além da criação de leis é, um constante debate sobre essa temática. O conhecer e entender essa cultura preserva nossa história, pois, não se pode pensar a cultura brasileira sem que se associe a cultura africana.

As comunidades quilombolas é sabido ser de extrema importância, pois significam diretamente luta e resistência. Valorizar, sobretudo conhecer essa cultura

sim, é a maior política de afirmação a qual podemos estabelecer em nosso ensino e prática docente.

Em sua maioria os professores desconhecem a (Lei 10.639/03), e quando a conhecem não identificam em sua prática docente a possibilidade à sua aplicação. Há uma ausência de referencial teórico específico para Educação Física, no entanto no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, prevê o ensino da diversidade cultural.

Muito ainda precisamos avançar e contribuir para novas possibilidades educacionais.

Para Chartier (2002), uma questão desafiadora para a história cultural é o uso que as pessoas fazem dos objetos que lhes são distribuídos ou dos modelos que lhes são impostos. Desta forma, as legislações educacionais, como um conjunto de leis que regem normas a cumprir são uma relação de poder, uma normatização e uma estratégia, mas isso não significa que o professor não possua táticas para apropriação, ou seja, ele também tem poder sobre sua prática.

Assim, o objetivo principal da Nova História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e que “as representações do mundo social, assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p. 16-17), ou seja, a representação pode ser entendida como a produção de uma rede de relações, empregada quando se quer compreender o modus operandi da sociedade ou determinar as operações intelectuais que permitem compreender o contexto ao qual se está inserido.

Essa relação de poder está sempre “relacionada à posição que esses indivíduos ocupam num determinado momento histórico, e em uma luta constante com outras representações sociais: cada classe organiza o real ao seu modo e entra na disputa a partir de uma determinada posição social” com diferentes formas de “conceber uma determinada realidade, a representação se torna inseparável da prática: a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social” (BICCAS, 2012, p. 286).

Pensando em significar novas formas de ensino aos alunos, à partir das análises das respostas desses professores, durante o mês de novembro foi realizada com alunos do ensino fundamental I oficinas para contação de história e feitura das bonecas Abyomi⁸, ao apresentar essas bonecas para as professoras regentes das turmas selecionadas para oficinas foi questionado “Nossa, o que é isso? É uma boneca vudu”?

No intuito de apresentar a aspectos dessa cultura, acreditamos ser pertinente a realização das oficinas das bonecas Abayomis, para que houvesse um momento lúdico, não apenas aos alunos, os professores poderiam participar e confeccionar as bonecas, no entanto, devido a demanda de trabalho, fizemos somente com os alunos.

Foi percebido que os professores respondentes dos questionários, conhecem os conteúdos, no entanto, não utiliza em seus planos de ensino, por não ter domínio especialmente da Capoeira, e por não conhecer a (Lei 10.639/2003), não acredita que poderiam estabelecer projetos multidisciplinares.



Fotos 1 e 2: Alunos do primeiro ano do fundamental I em oficina de Abayomi..

⁸ Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim.



Fotos 3 e 4: Alunos do primeiro ano do fundamental I em oficina de Abaiomy.

Considerações Finais

Sendo assim, se evidencia a importância de estudos sobre a cultura quilombola. Após os estudos observamos a existências de conteúdos que possam ser trabalhados para a valorização e conhecimento da cultura africana, afro-brasileira e quilombola, porém ainda há um desconhecimento desses conteúdos e suas possibilidades de trabalho, visando o que estabelece a (Lei 10.639/2003).

Houve uma grande aceitação e interesse por meio dos alunos das turmas de 1º ano do ensino fundamental e 2º anos do ensino fundamental, tanto da história das bonecas Abayomis quanto da feitura dessas bonecas, houve após as aulas um grande interesse de outras turmas para participar das oficinas das bonecas, foi muito interessante ver que após as oficinas os alunos continuaram brincando com as bonecas.

Referências

BRACHT, V. **Sociologia crítica dos esportes: uma introdução**. Espírito Santo: UFES, 1996.

_____. **Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. In Revista Brasileira de Ciências do Esporte: 2000. p. 53-56.

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ética e Pluralidade Cultural**, 1998.

_____. **Referenciais para o Desenvolvimento do Tema: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: MEC, 2005.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p. 01.
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm).

BOTELHO, I. **A política cultural e o plano das idéias**. In: RUBIM, A. e BARBALHO, A (orgs). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

CARVALHO, M. C. P.; SCHMITT, A.; TURATT, M. C. M. **A Atualização do Conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Comunicação de resultados de pesquisa. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 – 1º Semestre de 2002. Disponível em: Acesso em:
<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em:02/04/2018.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CERTEAU, M. **A cultura do Plural**. São Paulo. SP, 7 edição. 2012.

CHARTIER, R. **O mundo como representação. Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v.5, n.11, jan./abril. 1991 p.173-191.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DAOLIO, J. **Educação Física brasileira: autores e atores da década de 80.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

DOMINGUES, I. **Em busca do método.** In: Conhecimento e Transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MEDEIROS, C. EGHRARI, I. R. (Org). **História e Cultura afro-brasileira e africana na escola.** Brasília, DF: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.

SOUZA, M. de M. e. **África e Brasil africano.** Editora Ática, São Paulo, Ática, 2014.

WALSH, C. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver.** In. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Candau, V. M. (org), 2009.